

A ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESPÍRITO SANTO NO GOVERNO CHRISTIANO DIAS LOPES

Ciro Campelo Oliveira¹

¹Mestrando em Sociologia Política no PPGSP da Universidade Vila Velha; E-mail:
ciro_campelo@hotmail.com.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é averiguar a interface da atuação da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) durante o governo de Christiano Dias Lopes - governador biônico no Espírito Santo entre 1967-1970. O processo de industrialização do Espírito Santo foi diferente dos demais estados do Sudeste, ele se deu de forma mais atrasada que Rio, São Paulo e Minas. Na primeira metade do século XX o Espírito Santo se apresenta como um Estado rural, voltado apenas para o setor primário, especificamente no cultivo do café, apoiado na pequena propriedade com mão de obra familiar. No final da década de 1950 o então empresário Américo Buaiz, visando formar uma entidade de grau superior ligada à indústria, cria a Findes em fevereiro de 1958. Após a sua criação a Findes estabelece uma relação próxima com o executivo estadual, afim de ver seus interesses atendidos. Contudo, essa relação se estreita a partir do golpe civil-militar que ocorre em 1964. Uma das bases do regime militar era um projeto desenvolvimentista e de modernização industrial, exatamente o que a Findes queria implantar na esfera regional. Nosso objetivo é reconstruir de forma mais precisa possível a relação de interesses e poder que havia entre Findes e o poder público capixaba, que se configura de forma concreta e ampla no mandato de Christiano Dias Lopes. Sendo assim, o trabalho se direciona para o entendimento da atuação da Findes durante o regime militar desde a posse de Christiano Dias Lopes (1967), perpassando pela escolha do seu secretariado, até chegarmos a eleição de Arthur Carlos Gehardt em 1971.

Palavras Chave: Espírito Santo, Findes, Interesse, Industrialização.

INTRODUÇÃO

O Espírito Santo durante a primeira metade do século XX se apresenta basicamente como um Estado rural, sem uma grande massa urbana, não havia um setor industrial urbano e sua economia era baseada no setor primário, especificamente no cultivo do café, apoiada na pequena propriedade com mão de obra familiar. A posição socioeconômica era completamente desfavorável aos vizinhos do Sudeste: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Do mesmo modo, o Espírito Santo não possuía força política e econômica comparado aos demais estados da região Sudeste, além de passar despercebido no mapa do Brasil, ficou alijado das decisões políticas e econômicas nacionais (Oliveira, 2013).

Segundo Siqueira (2001) essa situação leva o Espírito Santo a uma posição indefinida e desfavorável, entre a prosperidade do Sudeste e a pobreza do Nordeste. Indefinida, pois não participava das capitalizações do Sudeste e desfavorável por que não participava das reivindicações do Nordeste.

No início da década de 1950 o então governador do Estado, Jones dos Santos Neves, cumpria seu segundo mandato como governador (1951-1954), o primeiro foi entre 1943 a 1945. Nesse mandato ele retoma a visão que tinha construído em seu primeiro governo, isto é, o planejamento como linha mestra para viabilizar sua ação administrativa. Segundo Oliveira (2013) o seu segundo governo instituiu o Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo, que definiu a política econômica, norteados os investimentos do Estado.

Contudo, o seu governo só não foi mais impactante para o Estado por causa da grande oposição que ele enfrentou na assembléia legislativa. Além disso, o seu sucessor, Francisco Lacerda de Aguiar, de quem falaremos mais a frente, tinha uma visão mais voltada para o setor rural, tendo, por isso, suspenso os projetos iniciados por Jones (Oliveira, 2013; Zorzal e Silva, 1995).

Ainda na década de 1950 o Espírito Santo não sediava nenhuma das 39 federações de sindicatos de empregadores, esse quadro era prejudicial para o Estado, pois a existência de federações era imprescindível para atrair determinados recursos federais, não apenas

isso, mas facilitava a inserção de empresários capixabas no contexto nacional (Rainha, 2012).

Todavia, para constituição de entidades sindicais era necessário um número de no mínimo cinco sindicatos representantes de atividades ligadas ao setor, porém a sindicalização patronal no Espírito Santo era precária. Não era só do baixo desenvolvimento industrial que o estado se ressentia, mas também de uma massa de trabalhadores organizados. Em estados com a industrialização desenvolvida a organização de trabalhadores e sua crescente mobilização exigiu como resposta dos patrões a organização de entidades patronais. No Espírito Santo, existiam poucas indústrias, logo não havia empregos, por fim não havia trabalhadores urbanos para se mobilizarem (Rainha, 2012).

Ainda segundo Rainha (2012) a ausência de trabalhadores altera a dinâmica das relações de força. Nos outros estados o empresariado se constitui em meios aos trabalhadores, no Espírito Santo ocorre o inverso, ou seja, o empresariado toma corpo sem qualquer reivindicação trabalhista, ou mesmo a necessidade de medir forças com a classe trabalhadora, isso gera um empresariado livre de pressões por parte dos trabalhadores e aparelhado ao Estado, aonde pode dessa forma buscar seus interesses. Dessa forma o empresariado age sem pressões e encontra um Estado aberto às demandas privadas. Essa peculiaridade capixaba altera o caráter da relação Estado-Empresariado, e os torna mais próximos e facilita a relação de interesses entre o setor público e privado. Visando a criação de uma entidade de grau superior ligada à indústria o empresário Américo Buaiz¹ funda em 12 de fevereiro de 1958 a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes).

A CRIAÇÃO DA FINDES E A RELAÇÃO DE INTERESSES COM O PODER PÚBLICO ESTADUAL (1958-1962)

Silva (1993, p. 97-98) relata da seguinte forma a constituição da Findes.

Em fevereiro de 1958 é constituída a Federação das Indústrias do Espírito Santo por iniciativa da emergente fração de interesses industrializantes que, por rebatimento de surto de desenvolvimento que ocorria no centro-sul do país, organizava-se para articulação de **seus interesses**. (*Grifo Nosso*)

¹ Filho de imigrantes libaneses, criou em 1943 a Buaiz Alimentos, se tornando empresa pioneira na área alimentícia no Espírito Santo, em 1958 por iniciativa própria cria a Findes.

Meny (1996) aponta os grupos de interesse como grupos de poder que, mediante formas múltiplas e variadas, procuram fazer valer seus interesses no meio político. Caso claro da atuação da Findes na política capixaba. Já Aragão (1994) destaca que a organização dos interesses é a chave para intermediar o mundo privado do mundo público, assegurar privilégios e manter interesses. Com base nessas duas afirmações, e nos dados recolhidos durante o presente estudo, podemos definir a criação Findes em uma palavra chave: *Interesse*.

Américo Buaziz em entrevista a revista Indústria Capixaba, relata assim o nascimento da Findes e toda a dificuldade envolvida na sua formação.

Conseguimos formar a Federação das Indústrias, constituí-la. Éramos alguns gatos pingados, mas homens de muita fibra e muito bem-intencionados. Eram pessoas muito motivadas para elevar o grau de cultura, de capacidade econômica, de representatividade na federação brasileira, muitas voltadas para dar ao Espírito Santo um lugar de destaque (Buaziz, Apud Ribeiro, 2013, p. 9).

Américo Buaziz ainda fala sobre a vontade de industrializar o Espírito Santo e as dificuldades de constituir a Findes.

[...] a Federação das Indústrias nasceu de uma vontade enorme que as pessoas tinham de ver o Estado industrializado. Formamos a federação forte pelas idéias e fraca pela representatividade. [...] Hoje, tem um peso muito grande, por que tem indústria para representar. Quando foi fundada, não tinha nem indústrias propriamente ditas, pois foi fundada mais como uma atitude desbravadora (Buaziz, Apud Ribeiro, 2013, p. 9).

Em 1958 (ano da formação da Findes) o governador do Estado era Francisco Lacerda de Aguiar, popularmente conhecido como *Chiquinho*. Chiquinho cumpria o primeiro de seus dois mandatos a frente do executivo capixaba, ele foi governador entre 1954 e 1958 no primeiro mandato e entre 1963 e 1966 no segundo (Oliveira, 2013).

Sobre a trajetória política de Chiquinho, Zorzal e Silva (1995), destaca.

Lacerda de Aguiar era fazendeiro em Guaçuí, sul do Estado, e iniciara sua carreira política em meados da década de 1920, quando atuou, juntamente com sua família, no processo de emancipação do Município. Posteriormente em 1936, fora eleito vereador pelo PSD², sigla criada durante o Governo Constitucional de Vargas (1934-1937) para dar sustentação aos interventores varguistas nos Estados. Após a redemocratização ocorrida em 1945, voltou a ingressar no PSD, partido do qual só se desligou em 1954. Além disso, Chiquinho foi interventor em Guaçuí (1945 a 1947), depois Prefeito eleito da

² Partido Social Democrático, criado na perspectiva de reforçar a hegemonia das forças políticas estaduais vinculados à Getúlio Vargas (Oliveira, 2013, p. 67).

mesma cidade (1947 a 1950) e Deputado Federal (1950 e 1954) (Zorzal e Silva, Apud Oliveira, 2013, p. 93).

A Findes nasce no último ano do primeiro mandato de Chiquinho, vale frisar que ela nasce num contexto da crise dos cafezais que se inicia no Estado por volta de 1956 e passa a se agravar nos primeiros anos da década de 1960 (Zorzal e Silva, 1995).

Como supracitado Chiquinho não tinha preocupações com a modernização das estruturas econômicas e sociais da sociedade capixaba e realizou um governo na contramão da modernização administrativa e econômica. Com esse caráter pouco alinhado com a modernização, podemos concluir que a Findes não teve muito espaço junto ao governo estadual nos seus primeiros meses de existência, tendo em vista que as idéias de Chiquinho estavam na contramão dos propósitos da Findes, que tinha como base um projeto reformista e modernizador, ao passo que Chiquinho via a agricultura como prioridade no seu governo.

Mesmo o governo de Chiquinho, tendo como principal plano de trabalho o desenvolvimento da agricultura, a professora Marta Zorzal e Silva, chama atenção para a pequena parcela da sociedade capixaba, denominada por ela como um *novo embrião de forças políticas*, que surgia em torno da Findes em busca de acelerar o processo de industrialização do Estado.

[...] mas também na consolidação de um novo embrião de forças políticas que começaram a ganhar corpo e maior poder de luta, a partir de então. Assim, apesar do reduzido setor industrial existente, nessa época **configurou-se um núcleo de forças políticas identificadas com o projeto de industrialização acelerada, a nível nacional**, as quais passaram a buscar formas de **inserir o Espírito Santo** em tal processo. Essas forças se agregavam em torno da recém criada Federação das Indústrias do Espírito Santo [...] (Zorzal e Silva, 1995, p. 359) (*Grifo Nosso*).

Sobre o reconhecimento oficial, consolidação da Findes e sua participação efetiva no governo estadual, Ribeiro (2010, p. 42), faz a seguinte avaliação:

No primeiro ano de sua criação, a Diretoria da Findes buscou o seu reconhecimento oficial, o que ocorreu em 29 de julho de 1958, por carta sindical assinada pelo Ministro dos Negócios do Trabalho da Indústria e do Comércio, Fernando Nóbrega. Era o último ano da primeira administração do governador Francisco Lacerda de Aguiar (1954-1958) e a Findes só iniciaria sua participação efetiva nos rumos da política econômica do Espírito Santo no governo de Carlos Lindenberg (1959-1963).

Na administração de Lindenberg a Findes ganha espaço e consegue se articular com o governo a ponto de influenciar em grande escala a condução da política de desenvolvimento sócio econômico do Estado. Com o objetivo de aumentar seu campo de influência no governo estadual a Findes cria em maio de 1959 o seu *Conselho Técnico*.

Sobre o conselho técnico da Findes, segue a seguinte avaliação.

Em maio de 1959 a Findes formou um Conselho Técnico **com atribuições de estudar os problemas do Estado e fornecer dados sobre a realidade capixaba**. A proposta era estudar as dificuldades pelas quais o Estado estava passando e auxiliar os poderes públicos no que se refere à implantação de um projeto de desenvolvimento capitaneado pela industrialização. Esse Conselho Técnico apoiado pela confederação Nacional da Indústria era formado por Eliezer Batista, Alberto Stange, Arthur Carlos Gerhardt Santos, Humberto Pinheiro Vasconcelos, Aloísio Simões, Jorge Faria Santos, Bolívar de Abreu e o presidente da Federação das Indústrias, Américo Buaiz, que também passaria a presidir o Conselho. Estas pessoas foram citadas pelo jornal A Gazeta como “os mais representativos elementos de classes especializadas”. Dentro em breve, outros empresários também se juntariam ao grupo (Gurgel, 1998, p. 24). (*Grifo Nosso*).

Como Cronograma de Trabalho, definido na data da instalação, o conselho técnico da Findes estabelece as seguintes diretrizes para o estudo:

- Siderurgia - posição do Espírito Santo em relação à produção nacional; diretrizes a serem tomadas em função da posição geográfica do Estado;
- Geografia Industrial - levantamento de uma carta geo-econômica estadual;
- Agricultura Industrial - tipos de cereais e grãos a serem produzidos com vistas à industrialização;
- Levantamento da Realidade econômico-social do Estado do Espírito Santo³.

A prioridade do conselho técnico era produzir o mapeamento das condições geo-econômicas capixabas com vistas a industrializar o Estado, para isso organiza o Seminário Pró Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo. Para sua realização, articula-se com a Confederação Nacional das Indústrias, buscando apoio técnico e metodológico e com o governo Estadual recebe todo o apoio político para a realização do mesmo (Zorzal e Silva, 1995).

³ (Zorzal e Silva, 1995, p. 360).

Ainda para Zorzal e Silva (1995, p. 360) o mais importante desse movimento criado pela Findes foi o avanço de estudos tecnocráticos para o interior do aparelho estatal produzindo assim, modificações para sua estrutura institucional. Esse avanço se mostra bem claro após a realização do seminário, pois um dos reflexos desse seminário foram as mudanças realizadas pelo governo do Estado, com o intuito de adequá-lo a nova realidade industrial. Nesse contexto o governo cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico - CODEC, que segundo Rainha (2012), institucionalizou a participação dos interesses industriais na política econômica estadual.

Apesar dos avanços conquistados pela Findes no início da década de 1960 durante o governo Lindenberg, bem como a sua inserção plena no poder político capixaba, o pleito de 1962 não foi favorável a Findes. A vitória de Francisco Lacerda de Aguiar no referido pleito, faz com que a Findes perca espaço novamente no Governo Estadual.

A ERRADICAÇÃO DOS CAFEZAIS, O GOLPE DE 1964 E A RENÚNCIA DE LACERDA DE AGUIAR

A Findes, começa a década de 1960 alinhada com os interesses do governo Lindenberg, porém

A nova crise econômica que se iniciava no setor cafeeiro, além de enfraquecer os agrupamentos políticos a ele ligados, abriu espaço para o que chamamos de Consenso de Necessidades em torno de projetos mais urbano-industriais [...] (Oliveira, 2013, p.95).

A crise do café desde o início só vinha a corroborar com o projeto da Findes de industrializar o Estado, pois segundo a avaliação de Oliveira (2013) ela cria um consenso exatamente em torno dos projetos da Findes, porém a grande questão seria: Quem estaria à frente do governo capixaba em 1963? Tendo em vista as eleições realizadas em 1962, que teve uma acirrada disputa entre dois ex governadores: Jones dos Santos Neves e Francisco Lacerda de Aguiar.

Jones dos Santos Neves era o candidato da Findes, pois no seu governo ele daria uma ênfase especial no processo de industrialização do Estado, não só por isso, mas por que Jones já tinha intenções voltadas para a industrialização desde o seu primeiro governo, além de ser amigo pessoal de Américo Buaiz, então presidente da Findes. Por outro lado tínhamos Chiquinho que novamente priorizava o setor agrícola (Zorzal e Silva, 1995).

Como supracitado a crise dos cafezais tem início por volta de 1956, contudo ela se agrava no início da década de 1960.

[...] a crise veio se agravar no início da década de 1960, quando o Governo Federal, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), com o intuito de modernizar a cafeicultura em termos de produtividade e torná-la compatível com as novas exigências do mercado internacional, iniciou a execução de uma política orientada para a erradicação dos cafezais dito *antieconômicos* (Oliveira, 2013, p. 153).

A situação do Espírito Santo segundo o IBC era singular. Para a superprodução brasileira, a produção do Estado não assumia nenhum significado. Apesar disso, dada as condições de produção e de qualidade dos cafezais capixabas, os mesmos eram considerados antieconômicos e os preços que remuneravam o produtor local eram, por conta disso, inferiores ao da média nacional (Oliveira, 2013). Assim como o critério pético para a erradicação dos cafezais era, a saber, se os mesmos eram antieconômicos ou não, o Espírito Santo foi afetado severamente.

Segue algumas conseqüências dessa erradicação para o Estado.

[...] entre 1962 e 1967, foram erradicados 53,8% dos cafezais capixabas, o que gerou a eliminação de 60 mil empregos, o equivalente a aproximadamente 200 mil pessoas migrando do campo para as cidades, das quais cerca de 120 mil se dirigiram para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o Estado. Além disso os indicadores demográficos apontam que, entre as décadas de 1960 e 1970, houve um crescimento de 95% da população urbana do Estado (Rocha & Morandi, Apud Oliveira, 2013, p. 153).

Se por um lado ficou uma grande massa de desempregados, por outro isso gera uma mão de obra na cidade que era inexistente. Todavia, segundo Siqueira (2001) os projetos industriais realizados no Espírito Santo a partir da década de 1970 não foram suficientes para empregar toda essa mão de obra vinda do interior como conseqüência dessa erradicação dos cafezais, o que gerou um empobrecimento da região metropolitana da Grande Vitória.

Chiquinho toma posse em 1963, ano em que João Goulart gozava de plenos poderes na presidência da República, e Chiquinho tinha relações políticas fortes com o então presidente (Zorzal e Silva, 1995), e não apenas isso, durante o governo de Chiquinho o Estado foi beneficiado com sua ligação com o Governo Federal, pois enquanto Goulart era presidente Chiquinho obteve pleno apoio para as realizações do seu plano regional.

Todavia, Chiquinho também passava por algumas dificuldades, pois o principal veículo de comunicação do Espírito Santo, o jornal A Gazeta, que era nitidamente ligada ao PSD⁴ fazia ferrenha oposição ao seu governo, vale lembrar que Chiquinho no pleito de 1962 derrotou o candidato do PSD, o ex governador Jones dos Santos Neves. Desde a sua eleição se imprimiu através de A Gazeta e dos políticos de oposição uma verdadeira cruzada *Anti-Chiquinho*.

Não é nosso objetivo analisar o golpe de 1964 na esfera nacional, mas sim analisar os seus rebatimentos e influências na política capixaba. Em 1º de abril de 1964, militares dão um golpe de estado e depõe do poder o então presidente João Goulart (Oliveira, 2013). Sendo assim, esse evento histórico ainda gera uma série de estudos e teses sobre a sua execução, o que não seria o nosso objetivo analisar no presente trabalho.

Sobre seus rebatimentos aqui no Estado, seguem algumas análises.

A ação do governo Lacerda de Aguiar não foi interceptada, imediatamente, após a eclosão do movimento político militar de 1964. A maior parte de seu programa governamental foi implementada nos anos de 1963 e 1964. Entretanto, à medida que o Movimento Revolucionário se consolidou, no Governo Federal, e reorientou os rumos políticos e econômicos da Nação, a ação em curso, no plano estadual, perdeu o ritmo e gradativamente foi desestabilizada (Zorzal e Silva, 1995, p. 429).

Ainda segue mais uma análise.

Assim, o Golpe militar que se abateu sobre o país em 1º de abril de 1964 não encontrou, no Espírito Santo, grande resistência por parte daqueles poucos que defendiam o presidente João Goulart e as Reformas de Base. Reproduziu-se, portanto, no Estado, a inoperância dos setores contrários aos Golpe, assim como a inércia da maioria da população à derrubada de Jango, com raras exceções do movimento estudantil, que tentou organizar algumas manifestações [...] (Oliveira, 2013, p. 103).

De acordo com tais análises, o que podemos concluir? Primeiro que a partir da implantação do golpe não houve nenhuma ameaça inicial contra Chiquinho e que não houve nenhum tipo de resistência ao golpe aqui no Espírito Santo. Todavia, Oliveira (2013), destaca a posição política de Chiquinho que demora a dar uma posição sobre o Golpe. Não houve da sua parte um apoio imediato e nem uma recusa ao Golpe, talvez por essa demora em se posicionar Chiquinho não tenha ficado com a imagem muito boa junto aos militares.

⁴ Partido Social Democrático.

Portanto, o perfil conciliador de Chiquinho e, em certos momentos errático e indeciso, não permitia a adesão imediata, especialmente em se tratando de uma situação indefinida como foi o golpe de 64. Desse modo, as fontes demonstram que Chiquinho protelou sua definição até o último momento (Oliveira, 2013, p. 101).

A adesão de Chiquinho ao Golpe mesmo que tardia, não lhe rendeu uma cassação, porém, com o passar do tempo a medida que o regime militar se perpetuava no poder, o governo estadual gradativamente perdia o ritmo e foi sendo desestabilizado. Para agravar sua situação, pesava sobre Chiquinho a oposição de A Gazeta e de alguns quadros do legislativo capixaba.

[...] além da oposição intransigente que desempenhando desde o início do mandato do governador, cujos ataques buscavam construir a imagem do governo caótico e incompetente, o jornal A Gazeta, veículo de comunicação do PSD, passou a acentuar as denúncias de supostos atos de corrupção por parte do governo Chiquinho, denúncias que vinham ocorrendo simultaneamente no legislativo estadual [...] [...] por meio de diversos pronunciamentos do Deputado Estadual Christiano Dias Lopes [...] (Oliveira, 2013, p. 126).

A principal oposição dentro do legislativo capixaba vinha do deputado Christiano Dias Lopes, que com tempo recebe a alcunha de líder da Cruzada Anti-Chiquinho. Várias acusações pesavam contra Chiquinho, dentre elas: irregularidades envolvendo a compra e a instalação de postes de iluminação pública; compra irregular de máquinas agrícolas; pesava também sobre Chiquinho, supostas irregularidades na venda de terras da Esplanada capixaba. Diante dessas acusações e das delações de Fernando Ferreira do Amaral (vulgo Ferrinho), empreiteiro e administrador de obras do Estado junto à secretaria de Viação e Obras Públicas, a situação de Chiquinho fica insustentável, diante de tantas pressões Chiquinho pede licença, no dia 1º de fevereiro de 1966, alegando problemas de saúde (Oliveira, 2013). O jornal A Gazeta, assim noticiou o ocorrido:

[...] Assume hoje as elevadas funções de governo do Estado do Espírito Santo o Sr. Rubens Rangel, homem de bem e altamente devotado ao progresso e ao desenvolvimento da nossa terra. Assume o governo numa hora difícil, encontrando a coisa pública em verdadeiro caos e onde precisa ser feito para que o Espírito Santo não entre num clima de insolvência (A Gazeta, Apud Oliveira, 2013, p. 132).

Sem dúvidas Francisco Lacerda de Aguiar é um dos personagens políticos mais populares e contraditórios da história do Espírito Santo, segundo Oliveira (2013), Chiquinho, um desconhecido fazendeiro do Sul do Estado que se transforma num fenômeno eleitoral e de massas.

Chiquinho quando se afasta do governo, alegando problemas de saúde, estava na verdade

[...] deixando definitivamente a vida pública. Ainda que não se possa comprovar peremptoriamente com os documentos consultados, as fontes nos induzem a pensar na hipótese que Chiquinho tenha negociado sua *retirada digna* da cena política capixaba (Oliveira, 2013, p. 136).

A INDICAÇÃO DE DIAS LOPES PARA O EXECUTIVO ESTADUAL E A ATUAÇÃO DA FINDES NO SEU GOVERNO

Após a saída de Chiquinho do executivo capixaba, quem assume o governo é o vice Rubens Rangel, com isso a Findes retoma seu espaço no poder público capixaba, uma vez perdido esse espaço durante o período que Chiquinho estava no poder. O governo Rubens Rangel é curto (1966-1967), porém é primordial para que se compreenda como as principais forças políticas se acomodaram e se posicionaram com a mudança do comando no governo.

A crise envolvendo o afastamento de Chiquinho traz de volta a cena política a Findes, bem como o PSD que fora alijado da cena política capixaba após a derrota de Jones dos Santos Neves. No período em que Chiquinho governava o Estado, o papel do PSD era de uma oposição ferrenha ao governo, comandada na época pelo futuro governador Christiano Dias Lopes. Todavia, com Rubens Rangel no poder ocorre uma aproximação com o PSD e sua ala mais conservadora, justamente liderada por Dias Lopes, que representava os setores urbano-industriais (Oliveira, 2013).

Contudo, a mudança política e a reinserção da Findes no cenário político capixaba ocorre ainda na gestão de Rubens Rangel. Rangel convoca Arthur Carlos Gerhardt Santos para uma reunião, Gerhardt fora engenheiro do DER, membro ativo do corpo técnico da Findes, se configurava como um excelente tecnocrata. Apesar de extensa, a citação a seguir é esclarecedora, pois ela demonstra uma mudança profunda no arcabouço do governo estadual a partir da postura de Rangel. A partir do regime militar, o governo Estadual abre espaço para os quadros técnicos dentro do alto escalão do governo, aparelhado com o governo militar que passa a dar prioridade aos tecnocratas, ao invés de quadros políticos. Seguem trechos da entrevista de Gerhardt descrevendo como foi o seu encontro com Rangel.

[...] Eu me lembro muito claramente [...] num domingo, almoçando na casa de papai, com a minha família, que a gente fazia todo domingo, ia pra lá [...] e aí aparece a Polícia Rodoviária lá me procurando, e disseram o seguinte: o vice-governador Rubens Rangel está procurando o Senhor, quer vê-lo com urgência em Vitória. Aí falei, então tá bom! Foi depois do almoço isso, e eu até estava dormindo. Reuni a família, conversei e vim pra Vitória com eles. E o Rubens Rangel estava reunido na casa [...], na Praia, e quando chegamos lá estava uma enxurrada de político. Aí eu entrei, cumprimentei lá os políticos que eu conhecia [...]. Então o Governador me levou para o quarto, se trancou lá comigo e disse assim: [...] olha Arthur, vou assumir o governo amanhã [...] e eu queria formar um governo, eu vou ficar só um ano no Governo, mas eu queria deixar a casa arrumada para o meu sucessor, por que não pode continuar o estado do jeito que está. - Eu falei: ótimo, tá bom! Estamos aí! É por que ele me conhecia no tempo que eu estava no DER, eu era engenheiro no DER e ele me chamava muitas vezes para conversar, passando por cima do Diretor Geral do DER. Não sei por que ele pegou confiança em mim! Ai ele falou: - eu queria fazer um governo de gente competente e não queria colocar nenhum político. Esses políticos que estão aí do lado de fora são igual urubu em cima de carniça! Ai eu falei: Tá bom, mas o que o senhor que fazer? E ele: eu queria que ajudasse, chama o doutor José Carlos também, José Carlos era também do DER, que por coincidência foi secretário do primeiro Governo Chiquinho. Aí ele falou assim: quem é que você podia pegar mais pra gente conversar aqui? Eu respondi: Alvino Gatti [...] Ai nós três fomos pra lá. O Alvino conhecia melhora estrutura do estado do que eu. Ai nós sentamos e começamos a fazer o secretariado. [...] Nós fizemos o secretariado, aí aconteceram umas coisas... só no Brasil mesmo!!! (risos). Eu fiquei com duas secretarias: Obras, onde havia suspeita de desvio, e Planejamento, na verdade nunca teve Secretaria de Planejamento[...] aí eu fiquei com essa duas secretarias e o Gatti ficou com a Secretaria de Governo, assessorando diretamente o Rubens; o Zé Carlos ficou com o DER e por aí foi. Se formou um grupo. Rapaz, aquilo... os políticos cuspiram marimbondo, por que eles contavam com aquela cultura de dominar o negócio, mas a gente bloqueou isso e começamos a trabalhar (Gerhardt Santos Apud Oliveira, 2013, p. 139-140).

Essa entrevista de Gerhardt é reveladora no sentido de entendermos a nova forma de política que foi implementada pelos militares no poder e como ela passa a ser estruturada numa esfera regional, a partir da mudança de postura de Rangel, alijando das secretarias os políticos e priorizando os tecnocratas.

Com os militares no poder as eleições passaram a ser indiretas, com o critério imposto pelo governo militar através do Ato Institucional nº 3. Para os cargos de Presidente, governadores, prefeito de capitais e áreas de segurança nacional não havia mais eleições diretas e também foi extinto o multipartidarismo, sendo imposto pelos militares o bipartidarismo, onde o sistema eleitoral brasileiro, agora seria representado por apenas dois partidos; primeiro a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido aliado ao governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição (Oliveira, 2013).

Como nosso estudo é regional, vamos nos ater as eleições para o governo do Estado que ocorria da seguinte forma.

[...] a escolha seguia, basicamente, três etapas: 1º) ocorria um amplo debate no interior do partido governista, a Arena, entre as principais lideranças e/ou grupos, para a confecção de uma lista ou indicação de um nome, se fosse alcançado o consenso; 2º) em seguida, a lista escolhida era submetida ao Presidente da República para a indicação de sua preferência; 3º) em seguida, o nome era remetido à assembléia Legislativa do Estado, para ser aprovado. (Oliveira, 2013, p. 25).

Sobre a eleição de Dias Lopes, Silva (1993, p. 89), diz:

Dias Lopes é o primeiro Chefe do Poder Executivo Estadual que chega ao cargo por via da eleição indireta havida na Assembléia Legislativa, por força do Ato Institucional nº 2, baixado pelo Regime Militar que se instaurou no país em 1964.

Dias Lopes (conforme entrevista ao autor), era formado em Direito e foi oficial de Gabinete de Jones dos Santos Neves, de quem era grande admirador. Oriundo do PSD, ocupa o cargo de Deputado Estadual, a partir de 1954, ininterruptamente, até tomar posse como Governador do Estado.

Segundo a visão do próprio ex governador Dias Lopes, a sua indicação começa a partir de sua atuação com líder da oposição ao governo Lacerda de Aguiar, além disso, havia seu relacionamento pessoal com o Coronel Guilhermano Monteiro, esse que era elemento do gabinete Militar da Presidência da República, destacado para acompanhar fatos políticos do Espírito Santo (Silva, 1993), ou seja, Dias Lopes além de possuir perfil urbano-industrial desejado pela ditadura, era um político bem relacionado e bem visto pelos militares.

Sobre o perfil de Dias Lopes e o seu alinhamento com o regime militar, Oliveira (2013, p. 156), avalia.

[...] convém lembrar que Dias Lopes havia participado ativamente da elaboração do plano de governo do candidato Jones, sua principal referência política, que foi derrotado por Chiquinho em 1962. Portanto, como já salientado, estava alinhado com os objetivos modernizantes e industrializantes esboçados por parcelas da elite capixaba, especialmente, aqueles verificados na gestão Jones. Além disso, aderiu ao perfil desejado pelo Regime Militar em termos de projeto de desenvolvimento econômico.

Fragmentos do discurso de posse de Dias Lopes, demonstram esse alinhamento bem como o seu perfil empreendedor para colocar o Estado no mapa da industrialização do Brasil.

Pretendemos, apenas, marcar o governo pelo sentido da mudança; mudança nos métodos da administração pública; mudança nas atitudes diante dos problemas no Estado; mudança no comportamento diante das nossas potencialidades adormecidas; mudanças nas perspectivas de desenvolvimento

do nosso Estado [...] criaremos novas fontes de sustentação econômica. [...] Para essa dinamização da economia estadual, sem qualquer preocupação de obter resultados imediatos, objetivando repercussões eleitorais, **nosso plano de governo embasa-se no binômio: racionalização administrativa e desenvolvimento** [...]⁵. (*Grifo Nosso*)

Outros fragmentos do discurso de posse de Dias Lopes demonstram também esse alinhamento com o regime militar; bem como o seu perfil empreendedor para colocar o Estado no Mapa da Industrialização do Brasil.

O primeiro termo da equação compreende ampla reforma administrativa, não limitada apenas a uma estrutura nova, mais leve, mais arejada, mais descentralizada e mais dinâmica; a reforma abrangerá, ainda, providências inflexíveis para **prosseguir o processo de saneamento iniciado no Governo Rubens Rangel**, em moldes a que se possa restabelecer, em sua plenitude, o primado da responsabilidade, austeridade e da autoridade nos atos do governo [...]. No segundo termo do binômio programático, estarão compreendidas todas as providências destinadas a ordenar esforços e recursos capazes de criar condições mínimas necessárias afim de que o Estado possa decolar no rumo de seu efetivo desenvolvimento econômico. [...] **não temos dúvidas de que as melhores perspectivas para o processo de aceleração de nossa economia encontram-se nas atividades dinâmicas ligadas à exportação de minério e à agricultura de abastecimento**⁶. (*Grifo nosso*)

O que podemos perceber com esses fragmentos do discurso de Dias Lopes? Primeiro, que suas idéias estavam aparelhadas com o regime militar, a idéia de modernizar o Estado; segundo, conseguimos detectar como esse *processo de saneamento*, iniciado no governo de Rubens Rangel foi modelo para o início do governo de Dias Lopes (assunto que trataremos com mais cuidado adiante); e por último conseguimos concluir que foi no seu governo que o Espírito Santo inicia de fato seu processo de industrialização, processo esse que tentou ser implementado por Jones dos Santos Neves, sem sucesso.

Dias Lopes utiliza a estratégia de se aproximar da Findes, aonde busca apoio técnico e financeiro para viabilizar o seu projeto desenvolvimentista. Seria apenas com o apoio da Findes que ele conseguiria executar o binômio citado em seu discurso: *racionalização administrativa e desenvolvimento*. Essa racionalização administrativa ele consegue a partir do momento que a Findes passar a fornecer os quadros técnicos, ao invés de políticos, para atuarem no seu governo, tanto nas secretarias como nas autarquias. Todo plano de governo de Dias Lopes é baseado na elaboração de um estudo denominado *Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo*, produzido pelo *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social e Econômico*, esse diagnóstico foi

⁵ ESPÍRITO Santo tem novo Governador: discurso. Revista Capixaba, Nº 1, Ano I, Vitória, mar. 1967, p.15

⁶ ESPÍRITO Santo tem novo Governador: discurso. Revista Capixaba, Nº 1, Ano I, Vitória, mar. 1967, p.15

um estudo encomendado pela Findes para dar suporte e nortear o projeto desenvolvimentista de Dias Lopes (Rainha, 2012; Oliveira, 2013).

Como se deu essa racionalização administrativa? Segundo nossa pesquisa ela se inicia ainda no governo de Rubens Rangel, como citado anteriormente, Rangel decide fazer uma “limpeza administrativa” no pouco tempo de governo que tinha, com vistas de deixar a “casa arrumada” para seu sucessor. A saída de Rangel para acertar as contas do governo seria a nomeação de uma equipe técnica para seu secretariado e foi o que ele fez, nomeando tecnocratas como Alvino Gatti e Arthur Carlos Gerhardt Santos.

Dias Lopes, agora eleito de forma indireta, mas com 4 anos de mandato pela frente, apenas dá continuidade ao trabalho adotado por Rangel a frente do governo, ou seja, o secretariado de Dias Lopes é todo oriundo da Findes, o que se configura numa equipe altamente técnica, dentro do seu secretariado não havia políticos, somente os ditos tecnocratas, o que racionalizava a administração e atendia aos interesses urbano-industriais, assim atendendo ao mesmo tempo os interesses da Findes.

A federação das indústrias, desse modo, influenciou diretamente na indicação do secretariado recém-eleito do Governador, além de participar dos quadros do governo com diversos indivíduos oriundos da Findes. Entre os principais nomes que despontaram por ocasião da montagem da equipe de Dias Lopes, estão figuras como Darcy Werthler Vervloet (Educação), Rubens Paiva de Oliveira (Fazenda), Antônio Dias de Sousa (Governo), Hamilton Machado de Carvalho (Saúde), **Alvino Gatti (Planejamento), Arthur Carlos Gerhardt Santos (Secretaria sem Pasta para o Planejamento e Secretário de Viação e Obras Públicas entre 1966 e 1967)**, entre outros nomes, todos quadros eminentemente técnicos e boa parte ligada à Federação das Indústrias. Em parte das autarquias, a equipe contou com vários diretores da gestão anterior, em grande medida também com perfis técnicos (Oliveira, 2013, p. 166-167). (*Grifo Nosso*)

Dias Lopes teve sérios problemas com sua base aliada no governo, pois nomeando esses quadros técnicos (em sua maioria, nem eram filiados a nenhum partido), ele alija do governo os políticos que apoiaram sua eleição dentro da Arena (Oliveira, 2013).

Contudo, para prosseguir com o seu projeto de forma sólida, Dias Lopes precisava obter recursos federais, olhando por esse lado o único grupo social forte o suficiente para o apoiar política e financeiramente, estava dentro da Findes (Rainha, 2012). Dias Lopes percebe a força da Findes e usa isso em seu favor, porém, ao se aproximar de forma tão intensa da Findes, ele teria que atender aos interesses da própria Federação, o que lhe custou um desgaste político a ponto de ter que se defender da insinuação de ser um governador da Findes (Gurgel, 1998).

Ainda sobre a participação da Findes no governo Dias Lopes e a formação do corpo técnico Rainha (2012, p. 65) diz:

A atuação da Findes foi intensa durante o governo de Christiano Dias Lopes, primeiro, por que o próprio governador acreditava na alternativa da industrialização e, segundo por que a conjuntura econômica (decadência da economia cafeeira) favorecida. A Findes teve uma participação não só apoiando estudos técnicos, mas também participando do governo: dos 28 conselhos existentes na administração pública, a Findes estava representada diretamente em 10 e indiretamente em 7. Tendo representação em mais da metade dos conselhos e ainda através do contato pessoal com o governador (que visitava a casa dos industriais para “esclarecimentos públicos à categoria”) a entidade matinha uma posição privilegiada com acesso a informação e possibilidade de influenciar as políticas públicas. Sem contar que grande parte dos cargos nos órgãos de governos era ocupada por técnicos que haviam saído da entidade.

Diante dessas fontes, podemos perceber como o primeiro elemento do binômio, a racionalização administrativa, estava altamente atrelada a Findes, pois a mesma passa a agir com um papel propositivo e técnico para a gestão de políticas públicas, passando assim a fornecer importantes quadros governamentais ao Estado. Nesse sentido essa racionalização vem exatamente nomear quadros técnicos aonde teoricamente deveriam estar quadros políticos.

Quanto ao segundo elemento do binômio, o desenvolvimento, podemos destacar que:

O Governador Christiano Dias Lopes Filho adotou o DIAGNÓSTICO PARA O PLANEJAMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO como Plano de Governo. Note-se que todo o seu conteúdo está voltado para o desenvolvimento econômico como fator predominante para a solução da crise por que passava o Estado do Espírito Santo com a derrocada da lavoura cafeeira. E uma ênfase muito grande foi dada aos órgãos relacionados com o dito desenvolvimento econômico, com orientação e atuação locais, como uma forma de criar os meios para a alavancagem econômica da região (Silva, 1993, p.114).

Dias Lopes assume formalmente que o seu Plano de Governo se fundamenta no Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo. Tanto que o seu discurso de posse, onde ele resume seu plano, era uma síntese do referido trabalho (Silva, 1993). O diagnóstico, além de ter sido financiado pela própria Findes, apresentava para o momento uma série de variáveis, um cruzamento de diversos fatores que influenciariam no processo: o Governo Federal, a ação política da Findes, a Crise do Café e a própria crença do governador no projeto.

O Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo levanta as seguintes questões:

O Plano dissecava as características econômicas do Estado (renda interna, transportes, energia elétrica) e levanta a evolução recente do conjunto do Estado, da estrutura industrial e das zonas fisiográficas; analisa as atividades dinâmicas e tradicionais: café, cacau, açúcar e madeira; analisa, ainda, as atividades dinâmicas ligadas à exportação de minérios e à agricultura de abastecimento; contempla o alargamento das potencialidades dinâmicas relacionadas com as rodovias federais BRs 101, 259 e 262; avalia órgãos regionais de desenvolvimento e apresenta sugestões para um programa de investimentos (Silva, 1993, p. 108).

Após verificar a capacidade de alavancagem financeira das atividades econômicas tradicionais desenvolvidas no Estado, o referido estudo chega a seguinte definição sobre cada um:

- O Café - Apesar de ser o principal produto do Estado, estava em plena crise e no meio do programa de erradicação;
- O Cacau - Além das oscilações do mercado internacional, encontrava limitações de fatores naturais - solo e clima.
- O Açúcar - enfrentava a excessiva produção do país, especialmente do desenvolvimento da indústria paulista, não valia a pena tentar iniciar uma concorrência;
- A Madeira - Dada sua exploração predatória conduzida historicamente no Estado, já mostrava claros sinais de esgotamento⁷.

A conclusão sobre os referidos produtos é de que nenhum deles oferece uma perspectiva econômica animadora. Então qual foi a conclusão final do referido Diagnóstico? A conclusão que se chega é de que as atividades econômicas identificadas como capazes de dinamizar a produção de bens e serviços no se estado eram: A exportação de minério de ferro e à agricultura de abastecimento. Exatamente os dois pontos que Dias Lopes cita em seu discurso de posse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a política capixaba desde o governo de Jones dos Santos Neves (1951-1955), percebemos que é ali que nasce o embrião de uma industrialização para o Estado, pois o próprio Jones dizia que “os galhos dos cafezais não mais agüentariam sustentar o peso da economia capixaba”, contudo o seu projeto não pôde ser desenvolvido, por

⁷ Dados retirados de (Silva, 1993, p. 110).

causa de uma grande oposição que enfrentava na assembléia legislativa, o que atrasou o Estado, por pelo menos mais duas décadas (Oliveira, 2013).

Após seu governo, entra Francisco Lacerda de Aguiar, o popular Chiquinho, que desde o início do seu primeiro governo valorizava uma política agrária, sempre colocando a industrialização como atividade secundária para a economia do Estado, no final do seu mandato, o empresário Américo Buaziz funda a Findes, com o intuito de criar uma entidade de grau superior, afim de que o interesse dos industriais capixabas fossem atendidos, porém, com Chiquinho no poder a Findes não consegue tomar uma forma mais ampla e nem se inserir dentro do arcabouço político capixaba.

Carlos Lindenberg começa a governar após Chiquinho, contudo a Findes alcança uma certa projeção no seu governo, principalmente após a formação do seu conselho técnico que visa auxiliar o estado no que tange a problemas industriais. A Findes no período de Lindenberg também realiza o Seminário Pró Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, aonde aponta diretrizes para a industrialização do Estado, porém o governo Lindenberg não era totalmente voltado para a industrialização, sendo assim a Findes, tinha ainda um papel secundário no seu governo.

Com a saída de Lindenberg do executivo estadual, Chiquinho ganha o pleito de 1962 e assume novamente o poder executivo capixaba em 1963, com isso a Findes passa a ser alijada novamente das decisões importantes do Estado, como já dito Chiquinho era voltado para o setor agrícola e não priorizava a industrialização no seu governo. Todavia, em 1964 os militares assumem o poder através de um golpe, Chiquinho perde espaço e pede licença do governo em 1966. Assume no seu lugar o seu vice Rubens Rangel, com isso a Findes vê sua sorte mudar, pois a primeira medida de Rangel foi colocar quadros técnicos à frente das secretarias de governo, afim de limpar e arrumar a casa para o próximo governador.

Christiano Dias Lopes assume o governo de forma indireta, após a saída de Rubens Rangel, porém com um ideal totalmente modernizador, com o seu governo voltado para a industrialização. Isso por que Dias Lopes tinha total apoio da Findes, que se configurava como seu apoio logístico durante todo o seu governo, o que lhe trouxe um certo problema, pois ao priorizar técnicos ligados à Findes para os cargos do alto

escalão do seu governo, Dias Lopes acaba alijando do cenário político a base do Arena que o apoiou na sua indicação para o governo capixaba.

Antes de assumir o governo, Dias Lopes contata a Findes, e solicita que ela encomende um estudo sobre os problemas sociais e econômicos do Estado, esse estudo é financiado pela Findes e se chama: Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo, esse diagnóstico faz um levantamento completo dos problemas econômicos do Estado. No seu discurso de posse Dias Lopes usa os resultados desse estudo como o seu plano de governo para o Estado, seguindo assim o binômio que ele mesmo denominou: racionalização administrativa e desenvolvimento.

Concluimos dessa forma que ambos os binômios estavam ligados diretamente à Findes. Veja que a racionalização da administração vem através da indicação de quadros técnicos da Findes para os altos cargos estaduais, secretarias, autarquias, além de integrar os diversos conselhos criados para planejar ou dirigir a política desenvolvimentista do Espírito Santo, como a Suppin, Codes e Codec. O desenvolvimento estava ligado ao resultado do Diagnóstico que dizia que a única solução para o desenvolvimento do Estado era a industrialização e que esse caminho deveria ser traçado através da exportação de minério de ferro e da agricultura de abastecimento, buscando assim meios de trazer para o Estado recursos vindos do Governo Federal.

Contudo, a Findes não esteve amplamente ligada só ao governo de Dias Lopes, mas também à todos os governadores capixabas durante o Regime Militar. Após Dias Lopes, quem governa o Estado é Arthur Carlos Gerhardt Santos (1972-1975) membro do conselho técnico da Findes, presidente do Codes, ex secretário de Rangel e do próprio Dias Lopes. Após Gerhardt quem entra é Elcio Álvares (1975-1978) ex advogado da Findes e por último Eurico Rezende (1979-1982), também ex advogado da Findes.

Após essas constatações compartilhamos da hipótese de Oliveira (2013) que diz que a Findes funcionou como uma espécie de proto partido político, servindo com um lócus de recrutamento e na formação de quadros políticos que acaba servindo como sustentação política no Espírito Santo, principalmente no que tange ao seu processo de industrialização. Essa inserção no executivo capixaba se dá de forma mais acentuada no governo de Dias Lopes e perpassa por todo o Regime Militar durante o mandato de cada

governador capixaba no período militar, desse modo podemos perceber como os interesses da Findes estavam alinhados com o projeto desenvolvimentista dos militares o que insere a Findes de uma forma expressiva no arcabouço do executivo capixaba.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, M. .** *Grupos de pressão no Congresso Nacional*. São Paulo, Maltese, 1994.
- GURGEL, A. de P..** *A Federação das Indústrias e o Desenvolvimento*. Vitória, Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda./Findes, 1988.
- MÉNY, I.** *Politique comparée. Les démocraties Allemagne. États-Unis, France, Grande-Bretagne; Italie*. Paris, Monchrestien, 5^e édition, 1996.
- OLIVEIRA, U. J. de.** *Configuração Político-Partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: Um estudo regional acerca das trajetórias de arena e mdb (1964-1982)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2013.
- RAINHA, J.** *Articulação de interesses entre o setor privado e poder público: O movimento empresarial Espírito Santo em ação e o governo do Estado do Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2012.
- RIBEIRO, F. A..** *FINDES 50 anos: A História da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Findes, 2010.
- SILVA, J. C..** *Espírito Santo: o processo de industrialização e a formação da estrutura do poder executivo – 1967/1983*. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1993.
- SIQUEIRA, M. da P. S..** *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950-1980)*. Vitória: Edufes, 2001.
- ZORZAL E SILVA, M.** *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA, SPDC, 1995.